

**A FARSA DA HARMONIA RACIAL: REVISANDO NARRATIVAS HISTÓRICAS DO
BRASIL A PARTIR DA OBRA DE GILBERTO FREYRE**

**THE FARCE OF RACIAL HARMONY: REVISING HISTORICAL NARRATIVES OF
BRAZIL BASED ON THE WORK OF GILBERTO FREYRE**

**LA FARSA DE LA ARMONÍA RACIAL: UNA REVISIÓN DE LAS NARRACIONES
HISTÓRICAS DE BRASIL A PARTIR DE LA OBRA DE GILBERTO FREYRE**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n8-076>

Data de submissão: 18/07/2025

Data de publicação: 18/08/2025

Lúcia Fernanda Ramires Felix

Doutora em Educação

Analista de Políticas Públicas

Instituição: Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (SEDURGS)

E-mail: lucia.r.felix@gmail.com

Magali Mendes de Menezes

Doutora em Educação

Professora

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

E-mail: magaliufrgs@gmail.com

RESUMO

Este artigo examina o mito da democracia racial no Brasil, uma narrativa que defende a harmonia racial resultante da miscigenação durante a colonização. A análise se concentra na obra "Casa-Grande & Senzala" de Gilberto Freyre, que, apesar de sua contribuição para os estudos da formação social brasileira, perpetua uma visão idealizada e distorcida das relações étnico-raciais. O estudo critica a narrativa dominante construída por intelectuais brancos e discute as implicações do racismo estrutural no imaginário coletivo brasileiro.

Palavras-chave: Democracia Racial. Miscigenação. Colonialismo. Racismo Estrutural. Imaginário Coletivo.

ABSTRACT

This article examines the myth of racial democracy in Brazil, a narrative that defends racial harmony resulting from miscegenation during colonization. The analysis focuses on Gilberto Freyre's work "Casa-Grande & Senzala," which, despite its contribution to studies of Brazilian social formation, perpetuates an idealized and distorted view of ethnic-racial relations. The study critiques the dominant narrative constructed by white intellectuals and discusses the implications of structural racism in the Brazilian collective imagination.

Keywords: Racial Democracy. Miscegenation. Colonialism. Structural Racism. Collective Imagination.

RESUMEN

Este artículo examina el mito de la democracia racial en Brasil, una narrativa que defiende la armonía racial resultante del mestizaje durante la colonización. El análisis se centra en la obra de Gilberto Freyre "Casa-Grande & Senzala", que, a pesar de su contribución a los estudios sobre la formación social brasileña, perpetúa una visión idealizada y distorsionada de las relaciones étnico-raciales. El estudio critica la narrativa dominante construida por los intelectuales blancos y analiza las implicaciones del racismo estructural en el imaginario colectivo brasileño.

Palabras clave: Democracia Racial. Mestizaje. Colonialismo. Racismo Estructural. Imaginario Colectivo.

1 INTRODUÇÃO

A história única do Brasil sustenta-se no mito da democracia racial e defende que o Brasil é um país em que as raças vivem em harmonia. Essa pretensa harmonia seria consequência da miscigenação, mistura de diferentes raças e etnias, ocorrida no período da colonização brasileira. Contudo, a miscigenação no Brasil é fruto do estupro colonial e a identidade nacional está baseada em uma mentira inventada por homens brancos.

Alguns estudiosos tornaram-se referência canônica quando falamos sobre construção da identidade nacional brasileira. Entre eles, está Sérgio Buarque de Holanda (1936), Gilberto Freyre (1933), Caio Prado Jr (1942), Florestan Fernandes (1965), Darcy Ribeiro (1995) e Raymundo Faoro (1958). Com a criação dos estados nacionais, houve a tentativa da construção de uma identidade única, que exerce uma função pacificadora de conflitos, para consolidar a gestão dos governos centrais. Ao passar dos anos, esses autores receberam da academia a chancela de intérpretes do Brasil.

De fato, esses estudos muito contribuíram com as análises sócio-históricas e política ao longo dos séculos, porém, nota-se que foram narrativas feitas por um grupo específico de estudiosos composto, exclusivamente, por homens brancos cis. Assim, a visão exposta por eles é apenas uma construção possível entre tantas outras, isso porque o olhar do pesquisador está presente em sua análise, assim como o local de onde se fala influencia o que se fala.

O problema está no fato dessas narrativas terem se tornado o padrão que construiu um modo de ser presente na sociedade brasileira até hoje. O conceito-chave que exploraremos diz respeito ao “mito da democracia racial”. Inicialmente, podemos pensar o que significa um mito; de acordo com o Dicionário Online de Português (MITO..., 2023, s.p.), podemos dizer, entre outros, que o mito é uma “crença construída sobre algo ou alguém; algo ou alguém cuja existência não é real ou não pode ser comprovada; modo idealizado de representar um momento, passado ou futuro, da humanidade”.

A “democracia racial” como narrativa, portanto, construiu-se com base em uma realidade específica, elaborada a partir do olhar de homens brancos cis, como apontado anteriormente, os quais construíram uma justificativa para não se questionar o racismo estrutural vivido no Brasil. A partir desse mito, propagou-se a ideia de que no Brasil somos todos iguais, uma mistura de raças, um só povo e uma só nação. Pelo fato de sermos essa mistura de raças, não existiria racismo e todos e todas transitariam livremente por todos os espaços sociais. Mas o que vemos por trás da imagem de um país “feliz” é a morte de corpos negros, indígenas, trans e travestis, da população da periferia que escancara a violência de uma “democracia” que definitivamente não é para todos.

Com o intuito de refletir com profundidade a construção do mito da democracia racial, trazemos uma análise da obra "Casa-Grande & Senzala" de Gilberto Freyre, reconhecido como um dos intérpretes do Brasil. Mas nos perguntamos: de que Brasil Freyre fala?

2 NARRATIVAS E PODER: A ACADEMIA NA CONSTRUÇÃO DO MITO RACIAL

Democracia racial, a rigor, significa um sistema racial desprovido de qualquer barreira legal ou institucional para a igualdade racial, e, em certa medida, um sistema racial desprovido de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação. A lei Áurea, em 1888, aboliu a escravidão, o principal dispositivo de pressão dos negros no Brasil. Em 1889, a Proclamação da República universalizou, em tese, o direito à cidadania (DOMINGUES, 2005, s.p.).

Na obra Casa-Grande & Senzala, publicado a primeira vez em 1933, Gilberto Freyre (2006) ameniza as relações violentas vividas no período da escravidão no Brasil, e supõe haver certa harmonia na convivência de pessoas brancas, negras e indígenas. Com uma escrita que pretende superar a visão do racismo científico do século XIX, Gilberto Freyre acaba por construir uma visão idílica sobre as relações étnico-raciais.

A visão científica a se superar era compreendida como eugenio, cunhada por Francis Galton, com base nos estudos de Charles Darwin. Eugenia, que significa bem-nascido, entendia a intelectualidade como uma questão hereditária, que era atribuída aos homens brancos europeus. Quanto mais distantes as características humanas estavam desse padrão, mais selvagens e primitivos seriam, porque para essa teoria o europeu era tido como mais belo e inteligente entre as raças. No pós-abolição, essa é a teoria utilizada pela elite brasileira para construir o novo estado nação.

Em Casa-Grande & Senzala, Gilberto Freyre (2006) supera a visão de que uma nação é determinada biologicamente pela raça que a compõe. Ele defende uma visão sociológica na qual o ambiente influencia o homem de modo a entender a formação social do Brasil a partir do ambiente familiar. A obra reflete sobre quem somos e o que nos formou enquanto pertencentes de um mesmo grupo. Na obra, as condições históricas, culturais e geoclimáticas seriam os elementos determinantes de uma sociedade. Aprendi a considerar fundamental a diferença entre raça e cultura; a discriminar entre os efeitos de relações puramente genéticas e os de influências sociais, de herança cultural e de meio. Neste critério de diferenciação fundamental entre raça e cultura assenta todo o plano deste ensaio. Também no da diferença entre hereditariedade de raça e hereditariedade de família (FREYRE, 2006, p. 32).

O antropólogo defende que o Brasil não seria formado pela dominação de uma raça e sim pela confluência de três raças, formada pelos portugueses, africanos e indígenas. Para o autor, as três raças viveriam harmonicamente em uma miscigenação. Todavia, ao ultrapassar a visão biológica racista eugênica, o Freyre sustenta uma visão sociológica deturpada de como originou-se a sociedade brasileira e de que modo as relações de poder estruturaram o Brasil.

No prefácio da obra, Freyre (2006, p. 33) já afirma que “a miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala”. A distância social entre brancos, negros e indígenas é um problema estrutural combatido atualmente, inclusive, é o foco do debate político e referência para a construção de diversas políticas públicas sociais. Sendo assim, se a distância social que vivemos hoje entre brancos, negros e indígenas no Brasil é enorme, como pensar que não existia no Brasil pós-abolição? A miscigenação, por si só, é capaz de corrigir as profundas desigualdades brasileiras? No livro, o autor utilizou o espaço da casa-grande como o espelho da sociedade escravocrata, “esta força, na formação brasileira, agiu do alto das casas-grandes, que foram centros de coesão patriarcal e religiosa: os pontos de apoio para a organização nacional” (FREYRE, 2006, p. 36). Desse modo, a casa-grande torna-se um personagem do livro que ganha vida e apresenta a visão de Freyre sobre a formação da sociedade brasileira.

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de banheira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo) (FREYRE, 2006, p. 36).

A partir da análise do espaço familiar e dessa convivência intensa e contínua caracteriza a sociedade brasileira olhando para a casa-grande do fim do século XVIII até a primeira metade do XIX. Sobre esse espaço ele colocou uma visão positiva, “casas quase que de todo desmilitarizadas, acentuadamente paisanas, oferecendo-se aos estranhos em uma hospitalidade fácil, derramada” (FREYRE, 2006, p. 37). A pergunta que fica é: a quais estranhos Freyre se referia? Certamente da raça branca, (só estranha em um primeiro momento, para depois tornar-se familiar) visto que os negros estavam renegados a senzala. Nota-se, portanto, desde o prefácio do livro, no discurso do autor, a raça branca não nomeada como tal e utilizada como padrão universal.

No primeiro capítulo do livro, que fala sobre aspectos gerais da colonização, a imagem do português vai se construindo como a de um conquistador, desbravador e procriador. O processo de invasão portuguesa é “vitorioso”, e a colonização, segundo Freyre (2006, p. 73)

De qualquer modo o certo é que os portugueses triunfaram onde outros europeus falharam: de formações portuguesas é a primeira sociedade moderna construída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência.

Além do aspecto vitorioso da colonização, quando se identifica os participantes desse processo, o branco não é racializado: “o trabalho agrícola realizado pelo negro, mas dirigido pelo europeu, dá à obra de colonização dos portugueses um caráter de obra criadora, original” (FREYRE, 2006, p. 77). A raça negra é mencionada para falar da mão de obra, mas ao falar do branco se utiliza sempre outros termos “europeus”, “portugueses”. Nota-se, ainda, que mesmo a mão de obra sendo negra, a criação é vista como dos brancos, quando há sucesso na agricultura é interpretado como uma conquista branca, sendo que a prática da agricultura utilizada teve forte influência das práticas boas já utilizadas no continente africano e pelos indígenas, que conheciam profundamente a terra

A obra apresenta o espaço geográfico a partir de uma visão da natureza como recurso econômico. Nesse momento evidencia-se o ponto de vista pelo qual o autor escreve, o de um homem branco, porque a relação que estabelece com o entorno é extrativista, reflexo da perspectiva liberal praticada pela branquitude europeia. Há, por isso, uma dissociação entre o homem e a natureza, na qual o primeiro está fora do segundo.

Tudo era aqui desequilíbrio. Grandes excessos e grandes deficiências, as da nova terra. O solo, excetuadas as manchas de terra preta e roxa, de excepcional fertilidade, estava longe de ser o bom de se plantar nele tudo o que se quisesse, do entusiasmo do primeiro cronista. Em grande parte rebelde à disciplina agrícola. Áspero, intratável, impermeável. Os rios, outros inimigos da regularidade do esforço agrícola e da estabilidade da vida de família. Enchentes mortíferas e secas esterilizantes – tal o regime de suas águas. E pelas terras e matagais de tão difícil cultura como pelos rios quase impossíveis de ser aproveitados economicamente na lavoura, na indústria ou no transporte regular de produtos agrícolas – viveiros de larvas, multidões de insetos e de vermes nocivos ao homem (FREYRE, 2006, p. 77).

Nesta passagem, há uma forte crítica ao solo e às águas do espaço brasileiro pouco gerador de riqueza. Em seguida, ao passo que critica as condições geoclimáticas, Freyre enaltece o espaço norte-americano. Constata-se, até hoje, uma supervalorização da cultura estadunidense, a qual é vista como mais desenvolvida em relação ao restante do continente. Essa imagem é construída ao longo dos séculos, e podemos identificar na passagem que segue:

Contrastando o difícil triunfo lusitano no Brasil com o rápido e sensacional dos ingleses naquela parte da América de clima estimulante, flora equilibrada, fauna antes auxiliar que inimiga do homem, condições agrológicas e geológicas favoráveis, onde hoje esplende a formidável civilização dos Estados Unidos, concluem pela superioridade do colonizador loura sobre o moreno (FREYRE, 2006, p. 78).

O discurso da branquitude está diretamente associado a essa idealização do norte-americano, que é visto como meta, lugar de desejo. Deprecia-se o que é nacional e enaltece-se o que é

estadunidense. Nesse trecho, em nenhum momento é feita uma crítica ao sistema de apartheid social que organizava a ex-colônia inglesa, pelo contrário, é vista como uma colonização sensacional.

Em “Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida”, primeiro capítulo do livro, Freyre (2006, p. 92) destaca a importância da religião católica para o processo de colonização, “o catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade”. No período, somente quem professasse a fé católica era reconhecido como brasileiro e a imposição da religião cristã sobre os demais exerceu a função de uniformizar o pensamento e diminuir os conflitos.

A imposição da religião católica sobre os indígenas e os negros é uma das marcas da violência branca, na qual todo tipo de crença diferente era taxada como bruxaria e satanismo. Com isso, exercer livremente a fé era proibido e a visão sobre as religiões de origem africanas e indígenas tornou-se pejorativa, sempre associadas ao diabo e inferno da cultura cristã.

Ao longo do livro, há uma construção da imagem das mulheres indígenas, das mulheres negras e das mulheres brancas, a partir da visão masculina branca. A sexualidade é um tema constante e a mulher é sempre objeto de observação como o outro que serve, ou não, para alguma finalidade. O ditado repetido no texto salienta: “Branca para casar, mulata para F..., negra para trabalhar” (FREYRE, 2006, p. 72).

A miscigenação é, em primeiro lugar, fruto do estupro colonial, homens brancos violentaram de forma sistêmica mulheres indígenas e negras, tanto nas invasões de novos territórios como no cotidiano das casas-grandes espalhadas pelo território nacional. Diversos são os relatos de donos de escravos que se diziam no direito de tirar a virgindade de suas escravas. Na convivência das escravas domésticas, há uma apropriação não só do trabalho, mas dos corpos dessas mulheres, que sofriam violência diariamente.

A visão de miscigenação como espaço de integração social e aceitação das diferentes raças formando uma só nação não é vista com base na realidade dentro do livro de Gilberto Freyre (2006). A miscigenação ocorrida no Brasil durante a escravidão não foi fruto do afeto e carinho partilhado entre homens e mulheres de diferentes raças, esse movimento ocorreu de forma violenta e opressiva por parte dos homens brancos sobre as mulheres negras e indígenas.

Freyre (2006) coloca o português como o colonizador que era mais sexualizado e mantinha maior relação com as indígenas e negras, ou seja, os portugueses foram os que mais estupraram? “[...] o português sempre pendeu para o contato voluptuoso com mulher exótica” (FREYRE, 2006, p. 265). Seguem alguns trechos em que a violência contra a mulher é amenizada e deturpada:

Sua ação começou ao mesmo tempo que a da miscigenação; vem, segundo parece, das primeiras uniões de europeus, desgarrados à toa pelas nossas praias, com as índias que iam **elas próprias oferecendo-se** ao amplexo sexual dos brancos (FREYRE, 2006, p. 110, grifo nosso).

A sifilização do Brasil resultou, ao que parece, dos **primeiros encontros**, alguns fortuitos, de praia, de europeus com índias (FREYRE, 2006, p. 111, grifo nosso).

Degredados, cristãos-novos, traficantes normandos de madeira de tinta que aqui ficavam, deixados pelos seus para irem se acamaradando com os indígenas; e que acabavam muitas vezes tomando gosto pela vida desregrada no meio de **mujer fácil** e à sombra de cajueiros e aracaizeiros (FREYRE, 2006, p. 111, grifo nosso).

Negras tantas vezes entregues virgens, ainda molecas de doze e treze anos, a rapazes brancos já podres da sífilis das cidades. Porque por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para o sifilitico não há melhor depurativo que uma **negrinha virgem** (FREYRE, 2006, p. 400, grifo nosso).

As expressões em destaque vão construindo um vocabulário sobre as mulheres negras que é recorrente ainda em tempos atuais. Mulher fácil, oferecida, sensualizada são características que estigmatizam as mulheres negras e as colocam em uma posição de hipersexualizadas. Dizer: “ela está pedindo” manifesta a percepção de que a mulher é a causa da própria violência e isso foi construído com base no discurso da branquitude.

No segundo capítulo, “O indígena na formação da família brasileira”, Freyre apresenta sua visão sobre os povos originários moradores dessas terras desde muito antes das invasões. Evidencia-se um olhar negativo, no qual os indígenas são inferiorizados culturalmente, rebaixados moralmente e colocados em uma posição de subdesenvolvimento. Nota-se, ainda, a dialética dos civilizados e não civilizados, visão que ecoa no imaginário coletivo brasileiro em tempos atuais.

A colonização europeia vem surpreender nesta parte da América quase que bandos de crianças grandes; uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistência das grandes semicivilizações americanas (FREYRE, 2006, p. 158).

A associação dos indígenas com bebês mostra a construção de uma visão sobre os indígenas na qual eles seriam recipientes vazios, que os brancos precisariam preencher, essa é uma visão construída pela branquitude e completamente equivocada. Anteriormente quando Freyre (2006) fala sobre o solo e as águas selvagens que os portugueses encontraram no Brasil e tiveram muita dificuldade para trabalhar, os indígenas utilizavam (e ainda utilizam) como fonte de alimento e vida, de maneira mais sofisticada a fim de não exaurir os insumos, conseguem aproveitá-lo de maneira sustentável. Os milhões gastos atualmente em estudos sobre sustentabilidade, por exemplo, é um tema que os indígenas dominam com maestria e têm muito a ensinar.

Freyre (2006) defende a posição de que não houve extermínio dos povos indígenas por parte dos invasores brancos. Segundo o autor, devido à falta de habilidade técnica, os povos que aqui viviam não se opuseram à colonização:

Mesmo quando acirrou-se em inimigo, o indígena ainda foi vegetal na agressão: quase mero auxiliar da floresta. Não houve da parte dele capacidade técnica ou política de reação que excitasse no branco a política do extermínio seguida pelos espanhóis no México e no Peru (FREYRE, 2006, p. 158).

Um primeiro ponto a destacar é a forma como há um desmerecimento da organização política e a capacidade técnica dos povos originários. Como já vimos, possuem uma técnica de relação com os insumos orgânicos e vegetais apuradíssima nas mais diferentes regiões do Brasil. O fato de os indígenas não serem tão violentos quanto o homem branco fez com que os colocassem nesse lugar de passividade, quando na verdade a maneira de se relacionar com a vida previa outras subjetividades, não era a mesma visão de extermínio dos europeus brancos.

No fim do segundo capítulo, o autor destaca como menos violenta a colonização portuguesa no Brasil. Mesmo com os longos relatos no decorrer do capítulo da violência vivida pelos povos indígenas, o estupro e o trabalho forçado, por exemplo, Freyre (2006, p. 231) ameniza o impacto da colonização para os indígenas no Brasil, e faz isso a partir da comparação com a colonização do Norte do continente:

O imperialismo português – o religioso dos padres, o econômico dos colonos, se desde o primeiro contato com a cultura indígena feriu-a de morte, não foi para abatê-la de repente, com a mesma fúria dos ingleses na América do Norte. Deu-lhe tempo de perpetuar-se em várias sobrevivências úteis.

Afirmar como uma bondade dos portugueses brancos serem menos violentos do que os ingleses brancos é um recurso da branquitude para acalmar os ânimos e colocar um sentimento quase de gratidão por uma violência sofrida, mas que poderia ter sido pior. Segundo Freyre (2006, p. 231), “ainda assim podemos nos felicitar de um ajustamento de tradições e de tendências raro entre povos formados nas mesmas circunstâncias imperialistas de colonização moderna dos trópicos”. Será que a visão de ajustamento no qual uma cultura sobrepuja a outra pode ser comemorada? O quanto cada cultura foi respeitada e pode manter suas tradições durante a colonização, seria justo parabenizarmos essa relação como positiva?

No terceiro capítulo, “O colonizador português: antecedentes e predisposições”, o antropólogo apresenta o colonizador português branco como uma figura fraterna, amenizando novamente as crueldades empreendidas contra os indígenas e negros, “foi por outro lado o colonizador europeu

menos cruel nas relações com os escravos” (FREYRE, 2006, p. 265). Entre uma das torturas empreendidas, estava a dilaceração por cavalos, nos quais as pessoas eram amarradas e, ao disparar dos animais, partidas ao meio. Constatava-se, portanto, um discurso no qual as vidas negras e indígenas possuem menos valor que as brancas e as atrocidades cometidas contra elas podem ser relativizadas.

Freyre (2006, p. 280) aponta a proximidade do continente africano com os países peninsulares europeus: “O ponto a se fixar é exatamente o nenhum exclusivismo de tipo no passado étnico do povo português”. Para Freyre (2006), a miscigenação ocorrida em Portugal por meio do trânsito de etnias desde tempos pré-históricos seria evidência de uma harmonia entre as diferentes raças em solo lusitano.

Evidencia-se nos relatos sobre os hábitos dos brancos, descritos no terceiro capítulo, que a higiene era muito diferente dos indígenas e negros, principalmente dos que viviam em terras brasileiras antes da invasão. Sabemos que há grande ligação entre insalubridade e doenças como desinteria, hepatite, verminose, cólera, entre tantas outras. Por isso, com a invasão houve epidemias das mais diversas, o que também contribuiu para o extermínio das vidas indígenas.

Gilberto Freyre (2006) afirma que não haveria outra maneira de colonizar o Brasil senão por meio da escravidão negra. Defende a ideia de que, mesmo com os pontos negativos da colonização, a violência e o trabalho forçado, não haveria outra maneira de triunfar entre as pressões de uma colônia. Assim, deixa marcada sua visão de homem branco explorador, que não vê no explorado um ser em condições de igualdade, para ele o triunfo dos brancos pode ser construído por meio do derramamento de sangue negro e indígena.

Tenhamos honestidade de reconhecer que só a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil pelo europeu. Só a casa-grande e a senzala. O senhor de engenho rico e o negro capaz de esforço agrícola e a ele obrigado pelo regime de trabalho escravo (FREYRE, 2006, p. 323).

Assim, a branquitude vai construindo a visão de que o branco é o proprietário dos meios de produção, enquanto os negros são a mão de obra barata e explorada. Olhar para o processo de exploração vivido no período colonial como uma vitória naturaliza a exploração dos povos negros como o preço a ser pago pelo desenvolvimento. Nesse processo de exploração, a branquitude sempre vai deixando a conta para ser paga pelos indígenas e negros.

. Durante todo o livro, e principalmente nos dois últimos capítulos, a mulher negra é hipersexualizada e descrita como aquela que incita os homens, como sendo a responsável pela própria violência que sofria. O autor afirma que os brancos possuíam uma predileção para o intercurso sexual com mulheres negras e mulatas, associando essa preferência à facilidade com que as mulheres se ofereciam para os brancos.

É verdade que as condições sociais do desenvolvimento do menino nos antigos engenhos de açúcar do Brasil, como nas plantações ante-bellum da Virgínia e das Carolinas – do menino sempre rodeado de negra ou **mulata fácil** – talvez expliquem, por si só, aquela predileção (FREYRE, 2006, p. 368, grifo nosso).

Ao longo de todo o texto, Gilberto Freyre (2006) retoma a exploração sexual da mulher negra, não dita dessa forma pelo autor, o qual defende que a preferência pela mulher negra, os muitos filhos e filhas, e a convivência nas casas-grandes seriam prova de uma miscigenação que levou a uma convivência harmoniosa entre as raças branca e negra.

O que se comprova, contudo, é o quanto a mulher negra foi tratada como um objeto tanto sexual como de trabalho pelas pessoas brancas. A violência imposta a elas vinha tanto dos homens quanto das mulheres brancas. O sofrimento imposto pelo estupro, pela separação da família, pelo rapto de seus filhos e pelo trabalho forçado não pode ser argumento para se considerar a violência evidência de miscigenação harmoniosa.

Com a hipersexualização da mulher, constrói-se no texto a imagem do homem brasileiro. Nesses pontos, Freyre (2006) utiliza o conceito universal de brasileiro sem radicalizar, o que pode demonstrar que os negros e os indígenas estão fora dessa categoria, pois quando elas são representadas existe a marca explícita da nomeação. Na construção do imaginário coletivo para Freyre (2006, p. 331), a “maior delícia do brasileiro é conversar safadeza. Histórias de frades com freiras. De portugueses com negras. De ingleses com impotentes”.

Assim, formou-se a imagem do Brasil como o país do carnaval e do sexo. Ainda nos dias de hoje, há uma grande busca pelo turismo sexual no Brasil e a imagem da mulher brasileira, principalmente a negra, é associada à vulgaridade. Muitos são os casos de brasileiras que sofreram assédio sendo turistas ou a trabalho em outros países. Há uma contribuição de Freyre (2006) para os estudos sobre a formação do Brasil, a forma detalhada com que descreve o ambiente colonial. Com um grande levantamento de estudos de antropólogos e busca de documentos e fotos nas casas-grandes da Região Nordeste e Sudeste do Brasil, Freyre (2006) contribui para o registro de acontecimentos históricos.

Essa descrição evidencia a contribuição que as pessoas negras tiveram para tudo o que se construiu no Brasil nesse período, seja na culinária, na religião, na língua, na pecuária, na agricultura, sem o suor negro não haveria sequer casa-grande. Freyre faz uma retomada sobre as etnias africanas que vieram para o Brasil e em quais regiões viviam antes dos raptos.

Os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil: degradados apenas pela sua condição de escravos (FREYRE, 2006, p. 390).

Para Freyre (2006), outra evidência da harmonia social que se viveria no Brasil está ligada à língua. Como houve mistura das línguas dos povos que para cá vieram ou que aqui estavam, o autor acredita que esse é um exemplo de confraternização entre as raças. A mistura entre as línguas é fato inegável, o português que falamos hoje sofreu influência da comunicação que se estabeleceu no período colonial, contudo, a convivência intensa causou essa fusão; não significa que o português que resultou dela tenha favorecido maior igualdade social. A nova língua não favoreceu a interculturalidade, ela foi utilizada para se perpetuar as formas de discriminação. E tem sido negada como tendo uma forte influência das línguas africanas, como comenta Lélia Gonzalez (2020, p.128) ao falar do pretuguês.

A violência contra as mulheres no período colonial foi maior contra as negras, que sofriam ataques tanto dos homens como das mulheres. As brancas, aproveitando-se de sua posição, eram cruéis com as mulheres negras. Usavam do poder para torturar e mutilar a quem lhe achasse por bem. Os motivos eram diversos, estando o ciúme entre os fatores mais relatados.

Não são dois nem três, porém muitos os casos de crueldade de senhoras de engenho contra escravos inermes. Sinhás-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da compoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas (FREYRE, 2006, p. 421).

Por causa da grande violência que as mulheres negras sofreram por parte das mulheres brancas que o feminismo precisa olhar para a questão racial, e estar profundamente comprometido com a busca por igualdade. As mulheres negras são as que mais sofrem dentro do racismo estrutural, são as que recebem os menores salários, são a maioria das mães solo da periferia e são a maioria das empregadas domésticas que, muitas vezes precisam, deixar de cuidar dos seus filhos para criar o filho da mulher branca. Muito da violência que a branca praticou na senzala no período colonial, hoje, ela reproduz no quartinho (de despejo) da empregada.

Ainda na análise sobre a obra de Freyre (2006) é possível ver o quanto defende que a visão pejorativa sobre as pessoas escravizadas estava dissociada da cor negra, seria apenas um reflexo da marca da escravidão. Parece que o autor não considerou que, no Brasil, escravos e negros são categorias diretamente interligadas, o imaginário coletivo se constitui de forma que uma nunca está dissociada da outra. Com isso, quando Freyre (2006) afirma que os brancos se degeneravam quanto maior o contato com os escravizados, ele está relacionando as pessoas negras a concepções negativas, violentas e malignas.

[...] sempre lastimei, finalmente, a sorte dos tenros meninos brasileiros que, nascendo e vivendo entre escravos recebem desde os primeiros anos as funestas impressões dos contagiosos exemplos desses seres degenerados (FREYRE, 2006, p. 434).

Os seres degenerados são os escravos, os escravos são negros, logo os negros são degenerados. Esta é a lógica da branquitude que fundamenta seu discurso penetrando o inconsciente e produzindo discursos de ódio. Atualmente, identificamos uma associação muito forte entre indecência, imoralidade, despudor e elementos que vêm de fora da história única: o candomblé, a pomba-gira, o rap, o batuque, o dreadlock, e tantas outras expressões culturais que estão ligadas diretamente à africanidade brasileira.

Freyre (2006) condena a escravidão, coloca-a como um grande agente divisor da sociedade. Falta, porém, destacar quem foi o agente causador da escravidão: os brancos. Expandir e manter o privilégio das pessoas brancas é o ponto central do processo de colonização, que foi arquitetado e posto em prática pelas mãos brancas que torturaram, saquearam e mataram as pessoas indígenas e negras.

Exprimiu-se nessas relações o espírito do sistema econômico que nos dividiu, como um deus poderoso, em senhores e escravos. Dele se deriva toda a exagerada tendência para o sadismo característico do brasileiro, nascido e criado em casa-grande, principalmente em engenho (FREYRE, 2006, p. 462).

A divisão da sociedade em opressores e oprimidos não foi feita apenas pelo sistema econômico, foi feita pela branquitude, que deliberadamente buscou o poder. O sistema econômico é pensado por pessoas, é implementado por pessoas, nesse caso pelos portugueses, espanhóis, ingleses, holandeses e franceses, que, mais do que europeus, são pessoas brancas que agiram não por vontade divina, mas sim por vontade própria.

Gilberto Freyre (2006) reforça desse modo, a visão de que havia negros ocupando diferentes posições na hierarquia social; o que parece exagero, contudo, é utilizar a exceção para considerar o Brasil um país acolhedor para os negros. Freyre (2006, p. 503) extrapola ao afirmar:

Aliás, já depois de independe o Brasil houve padres que se recusaram a casar branco com negra. Padres e juízes. Um dos juízes, o pernambucano Castelo Branco. Mas, atitudes, todas essas, esporádicas; fora da tendência genuinamente portuguesa e brasileira, que foi sempre no sentido de favorecer o mais possível a ascensão social do negro.

Para além da visão de que o negro transitava dentro da estrutura social, expressar a visão do português e do brasileiro sobre o negro é colocá-lo fora dessas identidades. Sendo assim, há diferença na identidade, ou se é negro ou se é português e brasileiro. Se a principal intenção dos homens brancos fosse realmente de favorecer os negros, não haveria escravidão, nem senzala, nem anos de luta pela

abolição, nem abolição sem restituição para as pessoas negras, nem tantas outras práticas da branquitude que tornaram a nossa sociedade um ambiente de profunda desigualdade social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro *Casa-Grande & Senzala* contribuiu para a construção da ideia de “democracia racial” e com isso ocorreu um abrandamento das crueldades impostas pelo sistema escravocrata. Minimizar a falta de direitos que a populações negra e indígena possuíam no período da colonização branca auxilia no fortalecimento do racismo. Se o Brasil fosse visto como um país onde as raças vivem de maneira harmônica, não haveria motivos para resolver o problema do racismo. De acordo com Schucman (2020, p. 97).

Ainda que todas as evidências apontem o racismo como explicação para as desigualdades raciais, o racismo brasileiro tem a especificidade de, em maior ou menor grau, ser velado e sutil. A “democracia racial” faz parte do imaginário brasileiro e constrói um ideal do qual os brasileiros, em sua maioria, não abrem mão.

O “mito da democracia racial” também contribuiu para que o racismo fosse entendido como ação individual, quando uma pessoa discrimina, destrata e ofende outras por causa de sua cor. Pensar no racismo como ação individual é desconsiderar todas suas ramificações que podemos chamar de racismo institucional, racismo estrutural e racismo cultural, que são formas coletivas de racismo.

Quando o racismo no Brasil é considerado ação individual, com a intenção pessoal de uma pessoa discriminhar a outra, o comportamento que não se encaixa nessa visão de racismo não é visto como tal. No caso das práticas racistas que estruturam nossa sociedade, elas não são percebidas como racismo porque partem do comportamento coletivo, o que dificulta a autocrítica sobre as formas de exclusão.

Inventar um mito que invisibilize o combate ao racismo e criar uma ideia de que o Brasil é um país miscigenado, no qual as raças vivem harmonicamente e respeitosamente, tem uma utilidade: silenciar. Há muito que se reparar, há muito que se debater, há muito o que mudar para que chegemos minimamente a uma convivência na qual todas as vidas tenham o mesmo valor. Para isso, contudo, é preciso que as pessoas brancas reconheçam seu passado colonizador e abram mão dos privilégios construídos a partir da exploração dos corpos negros e indígenas no Brasil. A análise que realizamos da obra de Gilberto Freyre revela que a miscigenação no Brasil, frequentemente retratada como um símbolo de harmonia racial é na verdade um produto do estupro colonial. Freyre, em sua tentativa de superar o racismo científico do século XIX, construiu uma visão idílica e distorcida das relações étnico-raciais. A narrativa da democracia racial, portanto, construiu-se com base em uma realidade específica,

elaborada a partir do olhar de homens brancos cis, que construíram uma justificativa para não se questionar o racismo estrutural vivido no Brasil. A partir desse mito, propagou-se a ideia de que no Brasil somos todos iguais, uma mistura de raças, um só povo e uma só nação. Pelo fato de sermos essa mistura de raças, não existiria racismo e todos e todas transitariam livremente por todos os espaços sociais.

O "mito da democracia racial" serve para silenciar o debate sobre o racismo no Brasil. Para alcançar uma convivência realmente harmoniosa, é crucial reconhecer e confrontar o legado do colonialismo e os privilégios construídos às custas das populações negras e indígenas. As pessoas brancas precisam reconhecer seu passado colonizador e abrir mão dos privilégios oriundos da exploração histórica.

REFERÊNCIAS

DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889–1939). Diálogos Latinoamericanos, Aarhus, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flávia Rios, Márcia Lima. 1^a edição, Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MITO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/mito/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Veneta, 2020.